

As importações brasileiras

Miguel Jorge

É importante aumentar a competitividade de produtores nacionais, de forma a garantir que haja inserção virtuosa na economia internacional

Em agosto, nosso comércio exterior registrou o melhor resultado do ano e o segundo melhor da história.

As exportações do mês, com média diária de US\$ 19,2 bilhões, somente não superaram setembro de 2008 (média de US\$ 20 bilhões). Já as importações, com média de US\$ 16,7 bilhões, ficaram abaixo apenas do total de outubro de 2008 -média de US\$ 17,1 bilhões.

Também em agosto, tivemos o maior aumento proporcional de importações no mundo, segundo a OMC (Organização Mundial do Comércio), acima da China, até então em primeiro lugar.

A composição das importações, de janeiro a julho, mostra a predominância de bens intermediários e matérias-primas e de bens de capital. O primeiro segmento, insumos e componentes para a indústria e o setor agrícola representaram entre 47% e 53%. A participação dos bens de capital varia de 19% a 24%.

Tradicionalmente, essas duas categorias respondem, juntas, por cerca de três quartos de nossas compras externas e mostram a importância desse tipo de importação.

São itens fundamentais para a produção das indústrias e de outros setores, como o agrícola. Os bens de consumo, na faixa de 17%, cresceram mais entre 2006 e 2008, e parte desse dinamismo se explica pelo aumento do poder de renda e o consequente aumento do consumo, nos últimos anos.

Porém, mesmo diante do crescimento das importações, sua participação no PIB é ainda muito baixa, comparada a outras economias.

Nos últimos dez anos, a relação importação sobre PIB variou entre 8,5% e 11%, no Brasil. Na Índia, de industrialização semelhante à brasileira, as importações têm papel mais relevante: entre 11% e 28%. O mesmo acontece na Coreia do Sul, que tem o maior patamar entre as economias analisadas: variaram de 26% a 47%, nos últimos dez anos.

Finalmente, a relevância das importações para a economia pode ser mostrada pela China: nos últimos sete anos, representaram mais de um quarto do PIB do país, demonstrando que o desenvolvimento econômico não se faz com restrição ao comércio exterior.

Importante, isto sim, é aumentar a competitividade dos produtores nacionais, para garantir inserção virtuosa na economia internacional. Mas há o outro lado, o das importações que prejudicam nossa indústria e elimina empregos.

Os desafios do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para distinguir e resolver esses casos têm sido grandes. Nos últimos sete anos, na área de defesa comercial, foram iniciados 155 procedimentos e encerrados 142, dos quais 105 terminaram com a aplicação de medidas.

No final de agosto, 70 medidas de defesa comercial estavam em vigor no país, sem considerar as medidas provisórias - definidas no curso das investigações-, que chegaram a 50 nos últimos sete anos.

O ministério também reduziu para dez meses, em média, o prazo de investigação de uma medida de defesa comercial. Na área legislativa, o MDIC seguiu trabalhando para aprovar normas que contribuíssem para a defesa de nossa indústria contra práticas desleais de comércio e fraudes, como o projeto de lei que regulamenta as regras de origens não

preferenciais e a regulamentação das regras "anticircumvention", para combater casos de triangulação nas importações.

A regulamentação permite que medidas antidumping ou compensatórias já em vigor sejam estendidas a exportações de produtos, partes, peças e componentes de terceiros países, quando a comercialização destes bens esteja frustrando a defesa comercial.

Essas medidas, em conjunto, são fundamentais para a sobrevivência de segmentos da indústria nacional e contribuem para os bons resultados do comércio exterior verificados em agosto, permitindo, ainda, que se alcance a meta de exportarmos US\$ 180 bilhões neste ano.

Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 23 set. 2010, Primeiro Caderno, p. A3.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.